

Esther CORRAL DÍAZ (ed.), *Voces de Mujeres en la Edad Media. Entre realidad y ficción*, Berlin/Boston, Walter de Gruyter, 2018, 527 pp. ISBN: 978-3-11-059664-9. Em linha. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110596755>.

Conforme se diz na Introdução, o livro em epígrafe reúne estudos multidisciplinares, resultado de um projeto de investigação com o mesmo título, iniciado em 2014, visando examinar o ‘eu’ feminino na Idade Média, por meio de textos de caráter documental, histórico e literário. Portanto, temos em mãos uma coletânea de ensaios variados. Variação esta que diz respeito não só ao eixo genérico (poesia e prosa), como ao temporal (da Antiguidade ao século xv, com alguma incursão pela Modernidade), ao geográfico (local de origem dos autores contemplados e dos seus críticos) e ao metodológico (contribuições importantes das Ciências Sociais, da História, da Antropologia e da Teoria Literária). A dar coesão ao leque de interesses está a figura da Mulher, rastreada dentro e fora do âmbito doméstico, no espaço áulico da aristocracia, na rusticidade dos campos ou no silêncio recluso dos muros conventuais, sempre no intuito de recuperar-lhe a voz – a própria ou a daqueles que falaram por ela.

Como se pode depreender, não é fácil harmonizar tantas e tão múltiplas perspectivas, buscando «escutar» discursos que se produziram em sociedade patriarcalista e misógina como a medieval, ainda ecoando, nesse quesito, lições herdadas da tradição greco-romana e da severa óptica dos Padres cristãos. Por isso mesmo, nosso voto de louvor ao livro em destaque começa por sua cuidadosa organização: em que pese ao fato – já lugar comum em obras coletivas – de os artigos não se equivalerem qualitativamente, a disparidade (aqui muito pouco acentuada) dilui-se no conjunto, graças a divisões e subdivisões bem arquitetadas. São quarenta textos e quatro grandes blocos: «Feminidad Histórica», «Feminidad Autorial», «Feminidad Textual» e «Espacio Femenino en la Cultura Escrita y Libresca». No primeiro deles, dois subgrupos: «Mujeres con poder» e «Mujeres en la documentación medieval»; no segundo, também dois: «Voces propias: Marie de France, Christine de Pizan, *tro-bairitz*, poetas» e «Místicas religiosas»; no terceiro, idem: «La ficción lírica (profana y religiosa)» e «Otras ficciones literarias»; o último bloco, compacto e mais restrito, é o único que reúne apenas três textos. Ainda a serviço da funcionalidade desta distribuição, cada subgrupo enfeixa no geral seis artigos, exceção para a «ficção lírica», com oito. Ou seja: já o «Índice» do livro dispõe claramente para o leitor os pontos cardeais que

nortearam o mapeamento histórico-cronológico do papel das mulheres – tanto quanto possível documentado – no largo período dos aproximadamente dez séculos que compuseram a Idade Média europeia. E essa documentação é mais um destaque positivo que não pode deixar de ser feito: no geral, na rigorosa maioria dos artigos, os articulistas não pouparam esforços para vasculhar as fontes e os principais estudos críticos sobre elas, disponibilizando aos interessados uma Bibliografia mais do que atualizada, inclusive virtual. Belo serviço à pesquisa!

O primeiro grupo, principalmente quanto ao subgrupo I, é o do terreno mais árido – porém indispensável – das genealogias, em que se corrigem datações, revisam-se uniões (dentro e fora do matrimônio), precisam-se identidades conhecidas ou descobrem-se outras até então ignoradas, delimita-se o âmbito de linhagens poderosas e sua influência (como os Travas e os Trastâmaras). Trata-se aqui de uma classe social, a nobreza, e de um território específico, a Península Ibérica; mas é quanto basta para se observar a intensidade das lutas pelo poder, as guerras entre irmãos ou entre pais e filhos, o cuidado dos arranjos nos casamentos de interesse em que vultosas heranças estavam em causa ou até a própria segurança dos reinos. E ao contrário do que se poderia precipitadamente pensar, a figura feminina tem presença marcante nessas disputas: lembre-se a atuação de Dona Berenguela, que, vinda de Barcelona para casar-se em 1140 com Afonso VII de Leão e Castela, foi a grande promotora da aproximação entre os reinos (do Noroeste e do Nordeste peninsular¹), além de abrir as portas da corte à manifestação do trovadorismo nascente; ou de Dona Aldonza de Mendoza, irmã de D. Íñigo Lopez de Mendoza, o Marquês de Santillana, a qual, apesar do casamento infeliz com Fadrique Enríquez, conde de Trastámara (que a maltratou, espoliou e tentou envenená-la), mantinha uma rica biblioteca em casa, recheada de livros de cavalaria e de clássicos antigos, como requer o perfil de alguém, senhora de seus domínios e criada em ambiente literário; ou, ainda, o caso emblemático de D. Isabel de Portugal, segunda esposa de D. João II de Castela (com quem se casou em 1447), quase sempre ensombrada pelo esplendor da filha D. Isabel de Castela (esposa de D. Fernando II de Aragão, passaram à história como os «Reis Católicos»), mas aqui em primeiro plano nas considerações, pelo fato de ter sido dedicada a ela a tradução do *Memoriale Virtutum*, de Alonso de Cartagena, o que, segundo Diana Pelaz Flores e numa interessante perspectiva de análise, poderia configurar a ingerência dessas enérgicas mulheres nos negócios da corte, uma vez que o livro parece ter sido escrito, na verdade, para instrução do rei de Portugal, à maneira dos tantos *espelhos de príncipes* que então circulavam.

¹ Segundo José António Souto Cabo em seu instigante trabalho, a «catalanização do espaço cortesão» pode ser considerada chave «para explicar o desabrochar do trovadorismo em terras galegas (e portuguesas)», p. 12.

O título que Miguel García-Fernández deu a seu artigo – «Voces, susurros y siléncios femeninos en la documentación medieval» – poderia estender-se a todo o segundo subgrupo do primeiro bloco: com efeito, trata-se, aqui, de ouvir «sussurros e siléncios», porque se compulsam documentos tais como coleções diplomáticas, livros notariais e testamentos, escritos por homens e onde a «voz» das mulheres é relatada em terceira pessoa ou faz-se ouvir indiretamente, por disposições testamentárias. Em virtude de uma sociedade iletrada e da falta geral de alfabetização feminina, até mesmo as cartas eram muitas vezes ditadas e não autógrafas. Por isso, é admirável como esses «discursos inaudíveis» deixaram seus ecos muito bem marcados: por exemplo, nos inventários de bens testamentários como o de D. Leonor Pimentel y Zúñiga, I Duquesa de Plasencia, que se destacou por uma espécie de mecenato no mundo religioso, em que uma das vertentes significativas dizia respeito às relações com a morte, quando se firmavam verdadeiros contratos entre a Igreja e a pessoa que morria; ou, conforme mostra Paula Cadaveira López, dos 230 testamentos que examinou, dezesseis tratavam de disposições *post-mortem*, como a «peregrinação por procuração» (p. 135), em que outra pessoa cumpria pela defunta os seus votos, empenhados na remissão da pena temporal – a «indulgência» – para conquista da paz eterna; ou, por último, as cartas mais simples, mais pessoais, em que se expressa puramente a saudade (v. o artigo de Mireia Comas Via, p. 152) – do reino que ficou para trás após o casamento; das filhas sob a guarda de outros, devido à separação; dos antigos hábitos de infância, tão diferentes dos atuais etc. –, onde os «sussurros» são dolorosos lamentos confessionais, extravasamentos de alma, que, para serem bem captados em se tratando da História de Mulheres, como diz Helena Casas Perpinyà citando J. Lorenzo (p. 169), «é preciso libertar-se da História».

Os dois subgrupos do grupo seguinte não deixam margem a dúvidas a quem quer que se interesse pela cultura medieval: como olvidar as lições de Marie de France ou de Christine de Pizan, que sem medo assinaram embaixo daquilo que escreveram? Ou o misticismo rebelde das beguinas, posteriormente condenadas no Concílio de Viena de 1311, por perigo de heresia? Ou, ainda, a ousadia de Marguerite Porete (levada à fogueira em Paris, em 1310), que, *avant la lettre*, questionou o relativismo das regras de «gênero» imperantes à sua volta? (p. 286). Vejamos: embora as atividades de Marie de France sejam bem conhecidas, o trabalho de Sonia Maura Barillari (p. 173) é sedutor: intitulando-o «un purgatorio al femminile», estabelece relações entre a versão do *Tractatus de purgatorii sancti Patricii* oferecida por Marie e o conturbado reinado de Henrique II Plantageneta, com sua ideologia específica e a decisiva vertente cisterciense², incluindo horizontes irlandeses, como requeria o

² Convém lembrar que o *Tractatus*, escrito em latim por volta de 1180, é de autoria de um monge cisterciense, Henry of Saltrey.

assunto. Fiel a essa ambiência palaciana e dirigindo-se a um público cortês – a elite anglo-normanda –, Marie prefere, à diretriz teológica e edificante do original, o matiz ético da cavalaria e seus componentes míticos, de que ela própria deu tantos exemplos nos seus *Lais*³; a Christine de Pizan são dedicados nada menos do que três artigos, todos incidindo sobre o *La cité des dames* e o que se considera a segunda parte dele, *Livre des trois vertus a l'enseignement des dames* (ambos de 1405) – notórios não só por revelar «a primeira escritora de profissão» europeia (p. 189), como ainda por colocar em cena uma espécie de cidade utópica (antecedente ilustre de Thomas More), descrita alegoricamente, onde se busca a identidade feminina por meio do descrédito geral à falácia dos textos normativos escritos por homens e do incentivo ao estudo como instrumento indispensável ao desenvolvimento pessoal; enfim, as «*cansos* (talvez apenas 11) de las *trobairitz*» não foram menos revolucionárias: embora haja aproximadamente 21 mulheres documentadas (trovaram de 1170 a 1260), *dueñas* que sabiam ler, escrever e compor, o que Rosa M^a Medina Granda enfatiza é que elas – muito para além de uma perspectiva meramente de «gênero» – tiveram que proceder a um singular «contorcionismo poético» (p. 220) para se fazer representar poeticamente no cenário do tempo, uma vez que, como não podia deixar de ser, faziam uso do mesmo arsenal retórico e linguístico dos trovadores homens, por meio do elaborado jogo social da *fin'amors* («jogo» este que, felizmente, lhes permitiu driblar as restrições).

A espiritualidade mística (segundo subgrupo temático desta parte), tão consentânea a algumas linhas-mestras da Igreja dos séculos XII e XIII – a forte influência da teologia patrística, o modelo das Sagradas Escrituras, a escolástica, a mútua contaminação entre a linguagem religiosa e o vocabulário cortês – com favorecer exercícios próprios da vida monástica (meditação, oração, contemplação), levava a viver mais internamente (e extaticamente) episódios centrais da liturgia cristã, como a vida e a paixão de Cristo, os sacrifícios maternos de Maria ou, por extensão, os milagres dos santos divulgados pelas hagiografias. Em tempos reformistas de regularização da confissão auricular, a introspecção e o exame de consciência são caminho natural para a descoberta do ‘eu interior’ e do ‘indivíduo’ em cada um⁴. Segundo Victoria Cirlot (p. 249), é justamente a indizibilidade e o abstracionismo dessas experiências íntimas que suscitavam a escrita delas, como forma de superar a sua fugacidade e/ou a «volubilidade do coração» (p. 262). Talvez por razões similares é que

³ Se tiver interesse em ampliar essas circunvizinhanças entre Literatura e História, será benéfico ao leitor o excelente artigo do historiador brasileiro Hilário Franco Júnior, «O Retorno de Artur: o imaginário da política e a política do imaginário no século XII», que focaliza paralelismos entre o ideário Plantageneta e o mundo arturiano (*Os três dedos de Adão. Ensaios de mitologia medieval*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010, p. 173).

⁴ Relembre-se a bela edição de Brigitte Miriam Bedos-Rezak e Dominique Iogna-Prat, *L'individu au Moyen Âge*, Paris, Aubier/Flammarion, 2005.

a Virgem Maria se apresenta lendo no momento da Anunciação ou que Catalina de Alejandria – vencedora dos cinquenta oradores chamados pelo imperador romano para confundi-la – tenha inspirado o autor de *La Doncella Teodor*, conhecida por possuir a resposta para todas as perguntas que lhe fazem, conforme lembra Adeline Rucquoi (p. 267). E dando um passo à frente em termos de escrita do inefável, na esteira apologética e pedagógica dos *espejos*, o *Le Mirouer des simples ames*, de Marguerite Porete – influenciado pelo orientalismo na interpretação do texto bíblico e pela filosofia do ‘livre espírito’ –, pecou em pelo menos três itens que levaram à sua condenação: transgressão às Escrituras, erros contra a Fé e repúdio à Eucaristia (p. 294). Mesmo tendo ela afirmado, no capítulo LXVI, que o Espírito Santo é quem escreve no pergaminho da alma... (p. 262).

O terceiro grupo é o do universo fluido e fascinante da ficção; o primeiro subgrupo é o da lírica, profana e religiosa. Tomando a tipologia *cantiga de amor*, *cantiga de amigo* e *cantiga de escárnio e maldizer* apenas como aquele enquadramento indispensável para atender ao rigoroso sistema normativo trovadoresco amplamente divulgado pelas *poéticas* occitânicas e peninsulares e confirmado pelo «arranjo» dos textos nos *Cancioneiros*, os artigos aqui reunidos concentram-se na análise vertical de temas e poemas, não só insistindo na aparente simplicidade de sua enorme complexidade (di-lo Graça Videira Lopes, p. 343), como também inserindo-os devidamente no contexto histórico e cultural a que pertencem⁵. Com isto, o leitor tem acesso a métodos epistemológicos que, antes de qualquer outra coisa, vasculham as várias camadas do texto lírico, dos recursos formais ao denso teor simbólico, buscando nos desvãos e nos interstícios dos versos significados não imediatos, que a filologia, a linguística românica, a codicologia e a paleografia ajudam a interpretar. Exemplos não faltam: 1) atenta à presença da mulher cristã, em maioria absoluta, nos *Cancioneiros* profanos, Yara Frateschi Vieira indaga-se sobre a imagem da judia e da muçulmana, mulheres que, embora pertencentes a grupos étnicos-religiosos minoritários, comparecem com certa nitidez nas *Cantigas de Santa Maria*, de gênero mais narrativo. Os primeiros passos da resposta começam pelo exame das duas cantigas de Vidal, judeu d’Elvas, uma delas rubricada e endereçada a uma judia «que havia nome Dona»; na sequência e a partir de pistas do texto (o «peito branco», a «rosa», as «servas»), vão-se explorando os amores fatais de Afonso VIII de Castela por uma judia e o de Afonso VI pela moura Zaida, ambos relatados na *Crônica General*, bem como os

⁵ Principalmente depois da *nouvelle histoire* francesa e de trabalhos pioneiros como os de Jacques Le Goff e de outros tantos da «Escola dos Annales», não há mais porque duvidar da eficácia dos «testemunhos» que a ficção oferece da realidade histórica, inseridos nela que estão, obviamente, autor e obra. Talvez por isso seria conveniente Viviane Cunha rever a afirmação que faz à p. 379 ou Santiago Gutiérrez Garcia matizar um pouco os cuidados ao apontar as relações entre «texto literário» e «documento histórico» (p. 433).

preconceitos contra a «inferioridade racial» (o judeu como «bode» ou a *soldadeira* como «negra»), sem esquecer, no extremo oposto, a inegável sedução da mulher árabe, patente no célebre canto de Pedr'Eanes Solaz, «Eu velida non dormia». 2) O enfoque escolhido por Graça Videira Lopes é igualmente provocante: se as cantigas de amigo galego-portuguesas passaram à tradição como modelo impecável daquela «ingenuidade» manifesta pela mocinha saudosa do namorado distante ou por ele rezando aos pés da ermida, e lembrando que a voz feminina do texto é artifício assumido pelo próprio trovador masculino⁶, a articulista registra uma espécie de contraface desse cenário idílico, ao examinar pelo menos onze cantigas de amigo em que se nota a ambiguidade entre o típico e o circunstancial na descrição de episódios de violência física e psicológica envolvendo as protagonistas. São cantigas em que a tipicidade cai para segundo plano e avulta a voz firme da moça queixando-se de ter sido espancada pela mãe movida por excessiva autoridade, ou, ao inverso e inusitadamente, é a mãe que se queixa de maus tratos da filha, em criativo poema do jogral João Bolseiro (B 1171 / V777). Tais testemunhos, surpreendidos no ato crítico de desmontagem da fórmula consagrada, desvelam o quanto os trovadores foram espectadores atentos à realidade circundante (p. 352). 3) Já ao *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende somos conduzidos pelas mãos de Maria Isabel Morán Cabanas, às voltas com a faustosa vida de corte nos reinados de Afonso V, D. João II e D. Manuel I. Sendo a obra sobejamente conhecida inclusive por ampliar a herança trovadoresca em seus textos rimados para entretenimento ou por identificar sistematicamente as personagens nas rubricas, a articulista houve por bem classificar e analisar algumas imagens e motivos referentes a mulheres cortesãs, em poemas precisamente escolhidos para salientar três tipos de situação ironicamente desenhados: a) maldições por despeito pessoal; b) outras faces do espelho: da *laudatio* à *denigratio*; c) cenas de libidinagem feminina. Nesse rol – em que se descortina o *topos* do «mundo às avessas» –, vai-se da zombaria contra pessoas mal trajadas ou da ridicularização da velhice de outras até a transgressão de certa dama que ousou beijar D. Guiomar de Castro em clima de bissexualidade (p. 388). 4) Por fim, em outro patamar, se as *Cantigas de Santa Maria* são a prova lírico-narrativa mais contundente da devoção ao culto mariano na Idade Média, presença maciça incentivada pelas pregações apostólicas de Bernardo de Claraval e «epicentro» (p. 407) de 42 composições das 427 daquele Cancioneiro, nem por isso falta ali, especularmente, o inverso desta imagem celestial, celebrizada pelo

⁶ Esse diálogo entre a voz masculina e a feminina, «um verdadeiro teatro de vozes», foi há anos (em 2000) chamado de «proto-heteronímia» pela articulista, «correspondendo a voz masculina e feminina a duas *personae* do trovador», conforme trabalho por ela citado em rodapé (nota 3, p. 343). A propósito, é útil assinalar o artigo irretocável de Massaud Moisés sobre o mesmo fenômeno – «Fernando Pessoa e a cantiga trovadoresca» – publicado em *Fernando Pessoa: o espelho e a esfinge*, 2.^a ed. revista e aumentada, São Paulo, Cultrix, 1998, p. 233.

conhecido refrão afonsino «Entre Av' e Eva / gran departiment' á» (c. 60). Daqui parte Milagros Muíña para rever, contudo, que Maria, como a mãe de Jesus – o novo Adão – também atuou como a «nova Eva», «veículo imaculado que possibilitou a redenção humana»; e como mãe e virgem, serviu de *exemplum* para mulheres casadas e para monjas, aquelas atentas às suas funções de esposas e estas entregues às orações e ao desprezo das coisas mundanas. Mas, tais mulheres não eram perfeitas, e vários dos «milagres» da Virgem incidem sobre atitudes infratoras delas, a ponto de, em rompimento de fronteiras, revelar a «monja-mãe», como de fato aconteceria na vida real (p. 409). As infanticidas e as suicidas são outras tantas pecadoras que oferecem a Maria a oportunidade de resgatá-las pelo arrependimento e pelo perdão; as que se matavam «por amor» estavam associadas à «paixão» e à «loucura», riscos tão iminentes que o título 27 da *Sétima Partida* legisla sobre a questão. Às vezes, as mulheres eram não as culpadas, mas as vítimas, como em casos de violação ou de «coito forçado» pelo próprio marido, sem direito a recusa.

Quanto ao segundo subgrupo desta secção, os seis artigos tratam da prosa – de obras de ficção, personagens e pessoas históricas bastante variadas, cobrindo um amplo espaço de tempo e uma não menor diversificação temática: questões no *Decameron* de Boccaccio, no *Baladro del sabio Merlin*, em *La Historia de Yohse y sus dos amadas* de Jacob ben Eleazar, em *Triunfo de la Castidad* de Petrarca, além de paradigmas de «castidade» como a Susana bíblica ou a Lucrecia romana. Tão interessante quanto a inserção de textos líricos no *Decameron*, mostrando a persistência e a sobrevivência da lírica siciliana (p. 425); ou o reconhecimento de que as fadas, geralmente situadas na periferia do *status* masculino cavaleiresco, são na verdade as mulheres «cultas» do mundo sobrenatural, como a Dama do Lago e mesmo Morgana (p. 438); ou, ainda, as singularidades do judaísmo hispânico dos séculos XII e XIII na consideração de assuntos da moda como o amor cortês, a cavalaria e o casamento monogâmico – tão estimulante quanto tudo isto é a abordagem do *Triunfo de la Castidad* petrarquiano por Francisco José Rodríguez Mesa: qual a causa da versão que Petrarca oferece da mítica Dido, apresentada nos relatos primitivos da Antiguidade como a fidelíssima esposa de Sicarbas (p. 486) e transformada por Virgílio, na *Eneida*, em infeliz (e grandiosa) mulher abandonada por Enéas e apunhalando-se a si própria, desvairada de amor? Segundo o articulista, embora admirador confesso de Virgílio, por ele muitas vezes louvado, Petrarca – humanista zeloso – não poderia permitir que o poeta romano, mesmo que movido por «licença poética», denegrise a memória de Enéas, o glorioso fundador de Roma (p. 491). Sedutora e verossímil hipótese de resposta a uma indagação!

Os três trabalhos que encerram o livro, compondo o quarto grupo do conjunto, funcionam quase como uma síntese ampliada dos anteriores,

à guisa de arremate das diretrizes gerais que os percorrem. Por acréscimo, tem-se, nos dois últimos, o que hoje chamaríamos de «recepção de leitura»: sendo aquelas mulheres invariavelmente educadoras – como mães de família responsáveis pela orientação da prole, pelo gerenciamento da casa – e devotas, uma vez que esta era uma virtude que toda dama devia possuir, conforme preconizavam os manuais da Baixa Idade Média (p. 514), que espécie de livros liam? E como liam? Conforme seria de esperar, a faceta piedosa comandava tais escolhas: os *Livros de Horas*, por exemplo, ricamente ilustrados, punham à disposição os preceitos litúrgicos e, inclusive, uma eloquente iconografia de damas lendo ou escrevendo, metáfora da importância do saber para a melhor condução dos destinos alheios e do próprio; paralelamente, o lazer das horas vagas era preenchido pela matéria cavaleiresca ou pelas representações teatrais, tendo em vista finalidades educativas para fortalecimento do espírito. Daí o hábito da leitura coletiva ou em voz alta, com comentários posteriores, quase à moda de uma *lectio* universitária. Quando tal leitura se torna silenciosa ou individual – mudança vinculada ao desenvolvimento da escolástica – altera-se também a concepção do espaço das bibliotecas particulares, agora reclusas em câmaras privadas ou em «retretes», assim chamadas as casas destinadas ao retiro. E se o tema for não o da leitura, mas o da escrita de textos, há que levar em conta espaços geográficos específicos como o da Península Ibérica, onde a civilização islâmica e a cristã têm concepções muito distintas para o uso e a necessidade dessa atividade por mulheres (p. 505). Por último, refira-se um respeitável recuo no tempo, de volta à Península do século x e a códices (quatro, algum formado em época visigótica) de difícil leitura, paleograficamente datados, escassas informações, mas nitidamente dirigidos a comunidades femininas (talvez um convento de monjas?), com regras de espiritualidade monástica extraídas do *corpus* epistolar de Jerônimo, das vidas de santas como Constantina e Melania, de Isidoro e Cassiano (p. 495). São textos fundamentais para comprovar, segundo Joel Varela Rodríguez, que já havia então mulheres aptas a lê-los ou ouvi-los, porque exigiam alguma formação em gramática, retórica e cultura eclesiástica.

Aqui chegados, não é preciso recomendar o livro em exame, porque ele se recomenda a si mesmo. Apenas se reforce que a questão de «gênero» – tão antiga e tão atual em tantos sentidos! – recebeu dos articulistas a rigorosa atenção que ultrapassa modismos, com excelentes contribuições para melhor sedimentar, doravante, a história das Mulheres.

Lênia Márcia MONGELLI
Lmongelli@gmail.com
Universidade de São Paulo